



# Clipping Nacional

de

# EDUCAÇÃO

Brasília, 02 de Dezembro de 2019

## ‘Temos um Mec escondido atrás da cortina da ideologia’



Emalingo, Priscila Cruz afirma que o MEC da Educação vive os conflitos entre o atual governo e o anterior sobre o Futuro, mas elogia a Secretaria de Educação Básica

PAULA FERREIRA

paula.ferreira@infoglobo.com.br  
BRASÍLIA

A um mês do fim do ano, os diagnósticos sobre a gestão do Ministério da Educação (MEC) no governo Bolsonaro não são animadores. Na semana passada, veio a público relatório da Comissão Externa de Acompanhamento do MEC, conduzida pela Câmara, com 52 recomendações ao Poder Executivo. No documento, deputados mencionaram a paralisia da pasta e sua gestão “insuficiente”. A análise de uma das principais especialistas em educação do país, a **presidente-executiva do Todos Pela Educação, Priscila Cruz**, é semelhante. Para Cruz, Abraham Weintraub usa o MEC para motivações políticas pessoais e sua passagem pela pasta já é considerada pior que a de seu

antecessor, Ricardo Vélez Rodríguez, que ficou no cargo de janeiro a abril.

### *Qual é a sua opinião sobre o comando do MEC até aqui?*

É uma gestão muito sem foco, ideologizada. A educação (na gestão Bolsonaro) vem num zigue-zague de tentar trazer uma racionalidade maior, mas quem tem triunfado tem sido a área mais ideológica. Weintraub está sob essa égide. Na visão dele, o problema é o aparelhamento de esquerda nas escolas e universidades, e a falta de disciplina militar para fazer com que os alunos aprendam mais. Verificamos uma série de crenças e hipóteses que não têm base na realidade. Qualquer pessoa que circula pelas escolas brasileiras entende que a visão do ministro é ideológica e não está ancorada em evidências. Essa gestão tem perdido muito tempo, recurso

financeiro e energia política de articulação, que são componentes essenciais para uma boa gestão educacional.

### *Weintraub desempenha o papel que se espera de um ministro de Estado?*

O ministro é o principal articulador de políticas nacionais, e as pessoas precisam enxergá-lo como uma liderança com competência técnica, política e gerencial. Esse ministro não tem nenhuma dessas características, então a função dele como articulador fica muito prejudicada. As tarefas que esperamos de um ministro não conseguem ser colocadas em prática, como ele não é técnico para formular (políticas) e tem o discurso que prejudica muito a capacidade de articulação para melhorar a aprendizagem, os problemas menores são colocados em outra orbe hierárquica. Temos um MEC escondido atrás da cortina da ideologia. Os problemas vendidos para o público como principais questões da educação são o professor doutrinador, a falta de disciplina, a falta de articulação do ensino superior com a educação básica. Eles têm invertido a hierarquia de importância das missões da educação.

### *É possível estabelecer uma comparação entre as gestões de Weintraub e Rodríguez?*

O que têm em comum é uma





gestão voltada para ideologia, e não para resultados. O Vélez ficou pouquíssimo tempo, ele não tem a mesma verve, agressividade. Vélez não teve tanta projeção nacional, algo que Weintraub entendeu muito rapidamente: utilizar o MEC como megafone para um projeto político pessoal, para se tornar figura pública nacional. Podemos criticar, achar que isso é agressivo, e as pessoas preocupadas com resultados educacionais são contra essa postura, mas ele ganhou muito nesse processo. Talvez Weintraub seja a única pessoa que ganhou com tudo isso. Todo o resto perdeu, porque a má qualidade da educação não afeta só os alunos que estão na escola pública hoje, mas todos nós.

***Alguma área foi mais prejudicada?***

A educação infantil é um campo em que temos ausência de avaliação, de parâmetro de qualidade, de um programa nacional obcecado por garantir o desenvolvimento cognitivo, emocional, físico e social das crianças. Além disso, temos uma situação muito crítica na alfabetização. Uma forma fácil de ver o futuro do Brasil é olhar para os resultados da alfabetização, temos 55% das crianças ainda não

alfabetizadas. Tivemos um decreto vago instituindo a Política Nacional de Alfabetização. Não existe uma política, são várias premissas, mas nenhum direcionamento de política pública bem desenhado. A terceira ausência completa do MEC é nas discussões relativas ao Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica).

É a matéria legislativa mais importante em tramitação e ainda não tivemos por parte do MEC nenhuma projeção feita. O que temos são posicionamentos que mudam muito. Quem tem comandado a discussão é o Ministério da Economia, e o MEC está como coadjuvante, o que é um absurdo.

***A senhora já disse que gostaria de elogiar todos os dias. Há algo para elogiar nesta gestão?***

A Secretaria de Educação Básica (com Janio Macedo) tem tentado acertar, e o principal acerto foi a continuidade dos programas mais importantes vindos de gestões anteriores, como o apoio aos estados para expansão do ensino médio em tempo integral e o apoio a estados e municípios para implementação da Base Nacional Comum Curricular.

## Narrativas do Pisa

ANTÔNIO GOIS

Amanhã saem os resultados do Pisa, o exame da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) aplicado a jovens de 78 países e territórios. Ainda não sabemos qual será a posição do Brasil na comparação internacional e se houve melhoria, estagnação ou retrocesso nas médias dos alunos em ciências, matemática e leitura. Porém, há duas semanas, o ministro Abraham Weintraub (Educação) já antecipou a narrativa que fará da interpretação dos dados, dizendo — sem deixar claro se já havia tido acesso antecipado ao resultado do Brasil e demais nações — que ficaríamos na última posição da América Latina, e que isso seria culpa do PT, da esquerda e de Paulo Freire.

Na última edição do Pisa, referente a 2015, os resultados do Brasil foram frustrantes, pois o desempenho em matemática havia melhorado de 2009 a 2012, mas esse movimento não se confirmou no triênio seguinte. Na região, superamos apenas, e por pouco, o Peru e a República Dominicana, que estava muito atrás de todos os demais países.

Seja quais forem os resultados que serão conhecidos amanhã, será péssimo para o debate se ele for feito a partir de generalizações

grosseiras. Num improvável cenário de melhoria significativa nos números do país, certamente haverá quem tentará reduzir a leitura ao sucesso de um governo. Da mesma forma que um avanço no Pisa não seria provado a certo das políticas de um partido, tampouco resultados ruins podem ser creditados apenas a um ator político.

O ministério certamente tem uma responsabilidade grande nos resultados, mas a educação básica é administrada diretamente por municípios e estados, que foram comandados pelos mais diferentes partidos políticos nos últimos anos. Aliás, os resultados insatisfatórios que o Brasil costuma ter no Pisa sequer podem ser creditados apenas à educação pública. Alunos brasileiros de maior nível socioeconômico, que costumam estudar em colégios privados, também se saem, na média, muito mal na comparação com estudantes com perfil semelhante em outras nações. E, como o exame começou a ser aplicado apenas em 2000, não temos dados de anos anteriores, mas outras estatísticas históricas provam que nunca em nossa História tivemos um sistema educacional de qualidade para todos.

Reconhecer essa complexidade da educação brasileira não significa

que devemos isentar governos específicos de responsabilidades por erro sem suas políticas. Apenas faria bem ao debate público se fôssemos capazes de discutir, em alto nível e a partir das melhores evidências possíveis, erros e acertos de cada programa.

Vale lembrar também que o exame da OCDE não é unanimidade entre educadores. Uma parcela significativa do campo educacional, não apenas no Brasil, faz críticas ao ranqueamento de países e aos instrumentos utilizados para avaliar a qualidade do ensino em realidades tão diferentes.

Mesmo não sendo consensual, o Pisa é a avaliação de maior influência nas políticas públicas de vários países. Seus relatórios, para além dos rankings, costumam trazer muito mais insumos para o debate. A análise de países de alto desempenho tem demonstrado, por exemplo, a importância de ter uma carreira docente atrativa e de garantir uma formação inicial e continuada de qualidade aos professores. São investimentos necessários, mas que só trazem resultados no longo prazo, e combinados com outras políticas.

Seja quais forem os resultados que serão conhecidos amanhã, será péssimo para o debate se ele for feito a partir de generalizações grosseiras

## O ministro cruzou os braços

*Tabata Amaral*

*Não podemos nos dar o luxo um ano sem avanços; perdas em alfabetização, por exemplo, são muito difíceis de se recuperar*

Não é um juízo de valor, é uma constatação: a educação parou este ano. O governo Bolsonaro está prestes a completar seu primeiro ano de mandato e os dados nos mostram que, de fato, a principal preocupação do ministro da Educação é fazer palanque contra a esquerda e só depois pensar nos problemas da área. Ele mesmo nos disse isso ao entrar para o cargo, mas custamos a acreditar.

Tanto é assim que, ao ter conhecimento do relatório que estava sendo produzido na Câmara dos Deputados pela Comissão Externa de Acompanhamento do Ministério da Educação, a primeira reação pública do ministro foi começar um bate-boca vazio. O ministro foi para o embate com ataques pessoais, ofensas e mentiras, mas não defendeu sua gestão nem falou de educação, que é o que importa.

Tenho uma visão de mundo muito diferente da do governo Bolsonaro, especialmente na área de educação. Mas minha frustração principal é que, independente da visão de mundo defendida, muito pouco ou quase nada foi feito pela pasta, como aponta relatório da Comissão Externa. O ministro da educação cruzou os

braços, e o MEC viveu uma grande paralisia este ano.

O relatório da comissão é de autoria do relator Felipe Rigoni (PSB-ES) e seus sub-relatores, de partidos dos mais diversos, que obtiveram informações oficiais das secretarias e autarquias do ministério. Uma vez aprovado, o trabalho representará a voz de 49 deputados de um amplo espectro político que são membros da comissão.

O relatório da Comissão Externa constatou que, até novembro de 2019, o plano de alfabetização ficou na teoria e nas discussões sobre metodologia. Lançar a Política Nacional de Alfabetização foi uma das metas do plano de cem primeiros dias do governo e, até agora, o cenário na prática é desanimador e demonstra pouca prioridade para além do discurso.

A Secretaria de Alfabetização não apresentou nada de concreto, deixando gestores municipais e estaduais sem nenhum direcionamento. Além disso, a secretaria não executou um centavo sequer até setembro de 2019, ou seja, foram muitas discussões, mas nada de concreto que chegasse na ponta. O Brasil tem mais de 11 milhões de analfabetos e, como sociedade, vamos sofrer o impacto desse apagão.

Para além da alfabetização, os

relatores da Comissão Externa priorizaram outras seis áreas consideradas urgentes. O cenário é preocupante para todas elas. O relatório mostra, por exemplo, que os cargos do MEC tiveram 25% a mais de rotatividade neste ano do que em anos anteriores, e que os cargos são ocupados por pessoas com menos experiência em educação e governo. Essa instabilidade e falta de experiência talvez expliquem a baixa execução do ministério. O MEC só executou 4,4% de seu orçamento de investimento, frente a 11% no mesmo período no governo anterior.

Educação é a pasta mais importante e mais carente do nosso país. Não podemos nos dar o luxo de termos um ano inteiro sem avanços. Perdas em alfabetização, por exemplo, são muito difíceis de serem recuperadas e podem impactar inclusive o nosso desenvolvimento econômico.

O compromisso da Comissão Externa de Acompanhamento do MEC é com a educação, e não com um lado ou outro do espectro político. Não podemos mais deixar a educação em segundo plano, como faz o ministro da pasta. Continuaremos trabalhando para que as sugestões apresentadas no relatório sejam acatadas e que consigamos, com muito esforço e uma boa dose de otimismo, reverter o dano nos próximos três anos.

## Escolas mudam currículos para se adaptar à reforma do ensino médio

*Colégios devem se adequar até 2022; ampliar a jornada e tornar obrigatórias disciplinas optativas são tendências*

Laura Mattos  
SÃO PAULO

As dúvidas ainda são muitas, as polêmicas parecem não ter fim, mas o prazo está acabando para que todas as escolas implementem o novo ensino médio. A mudança é obrigatória por lei e envolve mais horas de aulas e currículos em que os alunos, além das disciplinas regulares, devem escolher outras de acordo com seus interesses.

Como os ajustes precisam ser feitos nos próximos dois anos para que em 2022 o novo sistema tenha início, em 2020 muitas escolas começarão projetos pilotos em algumas turmas e outras vão operar inteiramente reformuladas.

A lei prevê que o ensino médio seja integral e que a carga horária mínima suba das atuais 800 horas, ou seja, média de quatro horas por dia, para 1.400, ou sete horas diárias. Não menciona prazo, mas estipula que a partir de 2022 devem ser ao menos 1.000 horas por ano, cinco diárias. Cada escola distribui as horas como for mais conveniente.



O tempo maior visa dar conta de formar o que se convencionou chamar de “cidadão do século 21”. Não basta ter aulas das matérias clássicas, mas estar preparado para a complexidade do mundo contemporâneo, com o desenvolvimento das chamadas habilidades socioemocionais, como criatividade, empatia etc.

No ensino médio, considera-se necessário também um aprofundamento pedagógico para capacitar o aluno para o seu projeto de vida, termo hoje em evidência na educação, que entrou no lugar de carreira ou “mercado de trabalho”.

Essa nova concepção, que idealmente tornará a escola mais interessante para os jovens, foi

incorporada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que prevê conteúdos e aptidões a serem desenvolvidos por todas as escolas.

A BNCC do ensino médio estabelece que o currículo ofereça, além das matérias regulares, os chamados itinerários, nos quais o aluno escolhe em qual área deseja se aprofundar. São cinco: linguagens; matemática; ciências da natureza; ciências humanas e sociais aplicadas; e formação técnica e profissional.

Em cada um deles, poderá haver um reforço nas disciplinas clássicas que sejam importantes para a área, além de outras eletivas, já adotadas por muitas escolas, mas até então consideradas optativas. Essas podem variar bastante, por exemplo,





robótica, audiovisual, educação financeira, oficina de texto etc.

A ampliação da carga horária faz-se, portanto, indispensável, e um impasse no ensino público é o custo —ainda que o governo federal tenha um programa de repasses para o novo ensino médio, no valor fixo de R\$ 20 mil por escola somados a R\$ 170 por aluno.

Na semana passada, governadores e secretários estaduais de educação se reuniram em São Paulo para debater o novo ensino médio em evento do Consed (Conselho Nacional de Secretarias de Educação). Um dos destaques foi o estado de Pernambuco, que começou em 2007 a implantar o ensino médio integral, hoje presente em 57% da rede e com a meta de 70% para 2022. Outros, como Minas, Goiás e Amapá, têm médias menores, entre 10% e 30%, mas anunciaram planos de expansão.

O secretário de educação básica do Ministério da Educação, Janio Endo Macedo, anunciou verba para 500 escolas na conversão para o integral e declarou apoio ao novo ensino médio.

Em São Paulo, dos 3.800 colégios de ensino médio, 417 têm horário integral, com 9,5 horas diárias. Outros 400 demonstraram interesse em aderir, o que será feito progressivamente, segundo Caetano Siqueira, coordenador pedagógico da Secretaria da Educação. A meta, diz, é que 50% operem assim até 2026.

O que se discute agora é o currículo com os itinerários. A lei determina quais são os cinco, mas não como devem ser formatados. Segundo Siqueira, a secretaria irá elaborar uma minuta do currículo com os itinerários e abrir uma consulta pública no próximo ano.

Já está definido que, a partir de 2020, haverá aulas de projeto de vida desde o sexto ano, além de uma eletiva por semestre, com o objetivo de preparar o aluno para escolher o itinerário no médio.

Na rede privada, o tempo integral, inclusive no infantil e no fundamental, tornou-se tendência por aliar as questões pedagógicas à praticidade para as famílias.

Há instituições tradicionais sendo totalmente convertidas à modalidade, como o São Luís, que trocará o prédio próximo à avenida Paulista por uma sede maior ao lado do parque Ibirapuera (zona sul), planejada para que as crianças e os jovens lá permaneçam manhã e tarde, com mensalidades entre R\$ 3.300 e R\$ 5.900.

“O tempo regular é apertado, precisamos recuperar a tranquilidade no processo de desenvolvimento dos alunos para que não haja sobrecarga de conteúdo e o ritmo permita retomada pelo gosto de aprender”, diz a diretora Sônia Magalhães.

O Castanheiras, em Alphaville (Grande SP), decidiu reformular toda a escola para o período integral

a partir do ano que vem. A fim de facilitar o engajamento, a direção decidiu não repassar por ora o custo aos pais, que pagam mensalidades em torno de R\$ 4.000. O colégio já tinha matérias eletivas, que serão reorganizadas nos itinerários e se tornarão obrigatórias.

A conversão do optativo em conteúdo curricular é tendência na adequação à lei. No Santa Maria, de Interlagos (zona sul), que também iniciará o novo ensino médio em 2020, o pré-vestibular antes opcional no 3º ano será a obrigatório. Segundo o diretor do médio, Silvio Freire, a concentração ao fim do curso no preparo para as provas será mantida “enquanto os processos seletivos seguirem o padrão atual”.

Atividades em laboratórios serão reforçadas no colégio, cujas mensalidades foram reajustadas para o integral e giram entre R\$ 3.000 e R\$ 3.500, e as eletivas, oferecidas já há dez anos, serão ampliadas a fim de compor todos os itinerários, que desde setembro passaram a ser escolhidos pelos alunos do 9º ano.

Tanta mudança exige investimento na formação educadores, e esse é outro impasse principalmente na rede pública. O ensino à distância (EAD) deve ser um caminho, a exemplo do que começa a ser feito em São Paulo para preparar os professores para as aulas de projeto de vida e as eletivas (a carga horária, porém, ainda é curta, apenas 30 horas, com plano de subir para 60).





No mês passado, o Sesi firmou parceria com o Instituto Singularidades para preparar para o novo ensino médio 800 profissionais. Serão 140 horas para coordenadores e 300 horas para docentes. “Entendemos que a transição será difícil, mas a mudança é necessária. A BNCC prevê um aluno mais engajado, e isso é melhor também para o professor”, diz Sofia Magalhães, supervisora pedagógica do instituto. É preciso sair da zona de conforto, ela diz, e depois corrige: da zona de desconforto.

## A Câmara e a paralisia do MEC

Levantamento promovido por uma comissão da Câmara dos Deputados revelou, em detalhes, que a gestão do Ministério da Educação (MEC) desde o início do governo Bolsonaro é ainda mais desastrosa do que se imaginava. A comissão foi criada há sete meses pelo presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), atendendo a pedido de 50 deputados de 12 partidos diferentes.

O pedido decorreu do descontentamento desses parlamentares com as respostas vagas dadas pelo então ministro Ricardo Vélez Rodríguez quando, em abril, foi duramente arguido na Comissão de Educação pela deputada Tabata Amaral (PDT-SP). Dez dias depois, Vélez foi demitido e substituído por Abraham Weintraub.

O que foi apurado, com base em informações do próprio MEC, visitas técnicas e dados obtidos pelo Portal da Transparência, é estarrecedor. Em relatório com 265 páginas, a comissão mostra como a falta de planejamento e de competência do MEC está comprometendo a formulação das políticas educacionais. “O diagnóstico é assolador”, diz o relatório.

A comissão constatou, por exemplo, que a única meta específica do MEC para os cem primeiros dias do governo Bolsonaro – a Política Nacional de Alfabetização – não foi atingida até agora. Passados mais de 325 dias, o órgão nem mesmo apresentou um plano de ação detalhado, deixando municípios e Estados sem saber quais projetos e atividades deverão ser prioritários em suas respectivas redes de ensino.

Na área de alfabetização, o MEC atrasou a liberação de recursos para o programa Mais Alfabetização, que foi concebido pelo governo Temer para oferecer apoio técnico e financeiro à rede escolar. No campo da educação básica, mesmo os valores que não sofreram contingenciamento de recursos orçamentários acabaram tendo baixo índice de execução. Entre janeiro e julho, o repasse para programas nesse ciclo escolar foi próximo de zero. “A baixa execução orçamentária em diversos programas denota baixa capacidade de gerenciamento dos gestores responsáveis”, diz o relatório.

Coordenada pela deputada Tabata Amaral e tendo o deputado Felipe Rigoni (PSB-ES) como relator, a comissão da Câmara mostrou também que diversas metas do Plano Nacional de Educação – como as que preveem o aumento da taxa de professores do ensino médio com formação superior e a universalização do atendimento educacional especializado para pessoas com deficiência – estão atrasadas. Revelou, ainda, que não há planos de ação para atingi-las. E observou que não existe uma Política de Formação Docente e que não há na área uma articulação entre os órgãos do MEC e as Secretarias estaduais de Educação.

Segundo a comissão, um dos problemas responsáveis pela ineficiência administrativa e pela paralisia decisória do MEC no governo Bolsonaro está na alta rotatividade nos cargos comissionados, por causa da falta de critérios técnicos para sua escolha. A maioria foi indicada por critérios ideológicos e religiosos e acabou sendo substituída por incompetência ou por conflitos políticos. Entre janeiro e setembro de 2019, o tempo médio de permanência dos indicados para esses cargos foi de 112 dias – em igual período, no governo Temer, a média foi de 150 dias.

Se por um lado não há eficiência nem planos de ação, por outro sobra retórica. Como em dezembro serão divulgados os resultados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), Weintraub afirmou que o Brasil deverá ficar em último lugar na América Latina. E, em vez de anunciar o que pretende fazer para reverter esse quadro, vem perdendo tempo em atribuir a culpa por essa situação “aos 16 anos de PT e abordagens esquerdistas”.

Na história do Legislativo brasileiro, foi a primeira vez que foi criada uma comissão para avaliar o desempenho de um Ministério. E a conclusão a que ela chegou, infelizmente, é que o Brasil continua perdendo a corrida educacional, uma vez que o governo não sabe cuidar com seriedade e competência da formação básica das novas gerações.

## A saúde de nossas universidades

CHARLES MADY

Tenho escrito neste espaço opiniões sobre nossos sistemas de saúde e educação, sempre dando abertura a concordâncias e discordâncias, com a intenção de produzir diálogos construtivos. Tento assim ajudar na elaboração de ideias em temas espinhosos, raramente abordados por diversas razões, entre elas interesses corporativos poderosos, além da falta de conhecimento adequado sobre os assuntos. Nessas discussões, pontos mais sensíveis são evitados quando se trata de temas universitários, como os relacionados à formação dos corpos docentes e à forma como as atividades didáticas, científicas, assistenciais e administrativas são desenvolvidas. Minha visão pode ter vieses, pois minha atuação é predominantemente num hospital-escola, o Incor, e num centro acadêmico, que é a Faculdade de Medicina da USP, pontuais, dentro de um amplo universo. A discussão passa obrigatoriamente pela forma como esses centros de ensino são geridos e como são formados os grupos de liderança. São nossas gestões saudáveis para os alunos e a sociedade?

Como em todas corporações, há sistemas de gestão estabelecidos no comando dessas entidades, com seus lados positivos e negativos. Esses sistemas, se tiverem o perfil

construtivo institucional, com base em regras bem definidas, levariam a uma boa governança, dificultando muito o aparecimento de vícios. Estes criam núcleos de poder para poucos, em geral fisiológicos, com altas doses de nepotismo e conflitos de interesses incompatíveis com a boa saúde acadêmica. O lado político do sistema passa a pesar muito mais que o mérito, necessário para manter a qualidade das universidades. Abrem-se assim portas e portões para a instalação de enormes conflitos de interesse, com projetos pessoais, ou de pequenos grupos, instalados no poder, com sucessões previamente garantidas por caminhos tortuosos, que terminam em decadência, em destruição a serviço de corporativismos. E tudo conduzido “dentro da lei”.

Esses sistemas têm uma “ética” própria, de silêncio e conivência, e apontar erros dolorosos condena pessoas à escuridão eterna, destruindo personalidades e reputações com relativa facilidade. Hoje as versões são mais fortes que a realidade. Boas gestões são transparentes.

Quantos profissionais de alto nível foram perdidos por esses motivos? Quanto de qualidade se perdeu? As consequências são conhecidas por todos, pois uma vez ou outra vazam, para a imprensa

leiga, poucos de muitos escândalos consequentes a esses sistemas. Como a reforma política no País, nunca foi tão necessária uma reforma universitária, tentando diminuir a incidência de más gestões. Como ideia, um fórum comandado por reitores, com comissões democraticamente eleitas, heterogêneas, para levar adiante um trabalho árduo e de longa duração, poderia ser instituído.

Nossos atuais reitores das três universidades públicas estaduais têm alta competência e credibilidade para iniciar e comandar um processo dessa envergadura. O constante declínio de qualidade deve ser interrompido e a mudança de mentalidade dentro dos corpos docentes talvez seja item tão ou mais importante que a falência financeira que vivemos. Insisto em dizer que hoje a qualidade dos recursos humanos é muito mais importante que tecnologia de última geração, ao menos no meio onde trabalho. As gerações futuras seriam muito beneficiadas, pois a contaminação pelos maus exemplos já é sentida atualmente. Os maus exemplos dão aulas de desserviço à formação ética de nossos alunos, com consequências funestas para o futuro da prática médica.

Perguntas e ideias se impõem.





E devem partir de amplo debate nessas comissões e na sociedade. Como exemplo de temas amplos, quanto nossas gestões são democráticas, representativas dos corpos docentes e discentes? Nossas regras, nossas “constituições”, são adequadas para os tempos atuais ou são mantidas desde a fundação de cada universidade? São efetivas hoje como eram antigamente? Nossas lideranças são escolhidas de forma adequada, ou persistiremos em sistemas feudais, em que poucos podem muito, com as consequências aqui expostas, conhecidas de todos, mas pouco discutidas pelo temor de consequências? Existem critérios de julgamento com autoridade suficiente para apontar erros e acertos, diminuindo a possibilidade de poluir gestões? Tal e qual os ministros do Supremo Tribunal, quem tem o poder de aplicar sanções a um professor titular? Qual é a autoridade dos órgãos responsáveis sobre eles? A propósito, eles são vitalícios e

absolutos. Não seria adequado julgar periodicamente, sem corporativismos, todos os professores, analisando produção, dedicação, enfim, resultados? Quanto as universidades evoluiriam com reformas direcionadas a essas finalidades?

O sucesso na carreira não deve ser material ou social, e sim acadêmico. Como já inúmeras vezes aqui disse, a finalidade primeira de um professor é a academia, que já está cansada de professores que são mais empresários e turistas que professores.

Em minha vida universitária, que, repito, é pontual, assisti a inúmeras mudanças de currículos, a grande maioria com efeitos cosméticos. Essas mudanças não atingem ou não atingiram resultados, pois os recursos humanos permanecem e permaneceram com os mesmos vícios. Numa reforma, deve-se

dedicar grandes esforços a mudar mentalidades e nossa cultura.

Temos em nosso meio grupos profissionais altamente qualificados, que deveriam servir de exemplo para nós e para o mundo. Temos recursos humanos de elevado nível ético e profissional. Angustia observar a dificuldade encontrada por alguns desses grupos de profissionais para atingir postos universitários de liderança. Cito, com alguma frequência, um pensamento de Paulo Freire: “Educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo”. Devemos aprender com os fatos desabonadores em nosso meio, tirar boas lições e daí ensinar os alunos a trilharem caminhos mais saudáveis.

Academia está cansada de professores que são mais empresários e turistas que professores

## Professor temporário é solução

» KELLY BUENO

Subsecretária de Gestão de Pessoas da Secretaria de Educação do Distrito Federal

Uma rede pública de ensino do tamanho da nossa só funciona se tiver um banco de professores temporários à disposição. Somos 26,6 mil professores efetivos, que podem ter imprevistos, problemas de última hora, adoecer, sair em licença médica ou para estudos. Somos 456 mil estudantes, que não podem perder aulas. Somos 538,6 mil pessoas, somados estudantes, professores, servidores e aposentados.

Somos mais ainda. Supondo que cada um de nós faça parte de uma família de até quatro pessoas, chegamos a 2,3 milhões de pessoas. Se um professor falta, temos problemas em cadeia: o estudante perde aula, a mãe precisa reorganizar os compromissos, a escola tem que reprogramar seu plano de aulas, enfim.

Tal não acontece porque temos um banco de substitutos. O professor temporário é solução, nunca foi um problema. O banco de substitutos tem origem nos anos 1970, com longa história de sucessos. Ainda mais porque 3,5 mil

dos nossos professores estão fora das salas de aula, prestando serviço como gestores de nossas 683 escolas; 2 mil estão em licença para estudos, porque nossa rede privilegia o mérito; 1 mil, servindo a outras áreas de governo; 2 mil readaptados; além dos números flutuantes do pessoal que sai em licença maternidade, paternidade, licenças médicas etc. Eles podem ser substituídos em 24 horas, no máximo, de um dia a um ano prorrogável por mais um. Importante dizer que, desde 2016, não temos carência de professores em nossa rede.

Um caso como o que aconteceu no CEF 104 Norte envolvendo um professor substituto de língua portuguesa que agiu muito mal com os alunos não apaga uma história de sucessos que serve tão bem à rede pública de ensino e a todas as pessoas em sua área de influência. Nossa corregedoria registrou 15 ocorrências desse tipo num universo de 37.524 professores efetivos e temporários, cinco dos quais foram arquivadas por ausência de provas. Contas feitas, 37.514 professores jamais se envolveram em nada parecido.

Portanto, é possível afirmar sem medo de errar: é irresponsável gerar pânico e insegurança nos pais; gerar desconforto na administração da

Secretaria de Educação, que jamais inventou políticas de pessoal que não estejam em acordo com os valores morais e sociais vigentes; colocar em dúvida a atuação dos gestores das unidades escolares; e, o mais importante, pôr em dúvida, perante a sociedade, a conduta moral dos profissionais da educação que atuam como substitutos. Citem um caso de conduta moral como a do professor do CEF 104 Norte e daremos o testemunho dos milhares de temporários que agem dignamente, honrando a carreira do magistério.

As contratações temporárias de professores têm normatização própria, regida por leis, decretos e portarias. Nós os contratamos por meio do processo seletivo simplificado para atender – atente, porque está expresso na lei – à necessidade temporária de excepcional interesse público. Para a contratação, é necessário comprovação da área de formação na qual o professor substituto está formalmente habilitado a desenvolver as atividades. Para ingressar em nosso banco, o professor substituto precisa comprovar ter cursado licenciatura (ensino superior), assim como todos os outros profissionais que cumprem a mesma função. Nenhum contratado tem o direito de dar a desculpa de que não sabe se comportar numa sala de aula.





Não é interesse desta casa, que luta há muito para garantir a oferta de uma educação de qualidade, “criar fatos” ou “esconder” realidades que não possui. Trabalhamos com a transparência dos dados e temos o compromisso de garantir que nossos alunos não tenham interrompido o processo de aprendizagem e, aos seus pais e responsáveis, que o ambiente escolar que proporcionamos é, sim, o melhor que nossos profissionais, muito competentes, estão habilitados a oferecer.

PROGRAMA DE AVALIAÇÃO SERIADA»**Mais de 2 mil faltam à prova**

*Além das questões de certo e errado, estudantes tiveram que elaborar dissertações sobre a beleza do diferente, o poder das risadas e o ativismo. Redação de cada uma das três etapas do programa tinha um tema diferente. Gabaritos serão divulgados amanhã*

Juliana Andrade

Uma vaga na Universidade de Brasília (UnB). Esse foi o objetivo de mais de 58 mil estudantes que saíram de casa ontem para fazer o Programa de Avaliação Seriada (PAS). Dos 61.759 inscritos, 2.209 (3,56%) não compareceram para responder à prova, segundo o Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebraspe). Ao todo, foram cinco horas de exame e 69 locais de aplicação.

Enquanto alguns tiveram que correr da chuva, outros corriam contra o relógio para conseguir chegar aos locais de prova antes das 13h. Para evitar atrasos, teve quem chegou muito cedo às instituições de ensino. O estudante Renan Hayami, 17 anos, por exemplo, estava no local indicado antes mesmo dos portões abrirem. O jovem veio do Paraná e viu no PAS a oportunidade de ingressar no curso de medicina em 2020. "Na primeira fase, eu não estava preparado, então achei bem



Maria Paula veio de Goiânia acompanhada dos pais para prestar a avaliação na Asa Sul

difícil. A segunda já foi mais tranquila. Desta vez eu estudei bastante e espero conseguir o melhor resultado", afirma. O curso escolhido por Renan é o mais concorrido nesta edição, são cerca de 57 candidatos por vaga, seguido de psicologia (35,84) e medicina veterinária (24,55).

Diferente de Renan, que está fazendo a prova pela terceira vez, há quem estreou no PAS este ano. Ana Clara Daros, 17, fez a primeira fase. Para conhecer a avaliação, a adolescente apostou em estudar com base nos testes dos anos anteriores. "Eu procurei provas passadas e as refiz. Também fiz um cursinho preparatório com aulas virtuais", revela a estudante que quer cursar Publicidade.

Para a primeira etapa do PAS,

foram registrados 25.685 estudantes; para a segunda, 22.315 e para a terceira, 13.759. João Pedro Alves, 18 anos, está na reta final da avaliação. O jovem pretende usar a nota do PAS para concorrer a uma vaga no curso de direito. O estudante garante que está confiante. "No geral, eu achei a prova fácil. Tinham muitas questões de interpretação e questões que misturavam vários temas, mas foi tranquilo", destaca.

#### Redação

Os candidatos das três etapas tiveram que escrever um texto dissertativo-argumentativo, porém cada fase tinha um tema específico. Os estudantes do PAS 1 fizeram redação sobre "Aprender a ver a beleza no diferente". No PAS 2, os participantes redigiram uma redação





sobre a contribuição da juventude em ações de ativismo no meio virtual e nas ruas. Já para aqueles que estão na última fase do PAS, o tema foi “o que vai nos fazer rir hoje?” e “o que nos faz rir no meio de todas essas catástrofes?”, perguntas retiradas do filme francês de 1996 O abecedário, de Gilles Deleuze.

Candidata da terceira fase, a estudante Lorrane do Santos, 17, achou o tema interessante. “Eu sei que têm muitas coisas importantes para discutir, mas sorrir também é necessário”, ressalta. “Achei um tema bem aberto. Fiquei bastante tempo pensando no que eu ia escrever”, completa o aluno Pedro Augusto Botelho, 18. Candidatos da segunda fase também comentaram o assunto da dissertação. “Falar sobre ativismo nas redes sociais para mim foi fácil. Não é um tema complicado”, afirma a estudante do 2º ano do ensino médio Maria Eduarda Lobo, 16.

#### Estados

As provas das duas primeiras etapas foram aplicadas no Distrito Federal e em mais quatro cidades de Goiás e Minas Gerais. Já os candidatos da terceira fase tiveram que vir para o DF. Os exames ocorreram na Asa Norte, Asa Sul, Gama e Taguatinga. A estudante Maria Paula Nunes Sampaio, 18, veio de Goiânia para fazer a prova na Asa Sul. O esforço é para tentar uma vaga no curso de psicologia. Para fazer a viagem valer a pena, a jovem conta que os estudos foram intensos. “Eu tinha aula de manhã e à tarde continuava estudando. Fiz aulas, também, aos sábados, para

me preparar. Em Goiânia, a gente está acostumado com o Enem. O PAS é diferente. Traz mais conteúdos culturais”, comenta.

A garota veio acompanhada dos pais, a psicóloga Gisela Nunes Sampaio, 55, e o engenheiro civil Hamilton Sampaio, 59. “Estamos tranquilos. Ela é nova, se ela não passar agora, ainda tem tempo para estudar. Sem pressão”, garante a mãe.

#### Oportunidade

A UnB disponibilizou 4.232 vagas para os candidatos da terceira etapa do Subprograma 2017, ou seja, aqueles alunos que fazem o PAS desde 2017 e, este ano, estão na fase final. Os aprovados devem ingressar na universidade em 2020. São 2.112 vagas para o primeiro semestre e 2.120, para o segundo.

#### Gabaritos e recurso

O Cebraspe pede que os estudantes fiquem atentos às próximas etapas do cronograma do programa. A previsão é que os gabaritos oficiais preliminares sejam publicados amanhã, a partir das 19h. O conteúdo estará disponível no site da instituição: [www.cebraspe.org.br](http://www.cebraspe.org.br). Para interpor recurso contra os gabaritos, a instituição informa que deverá ser feito durante os dois dias subsequentes à publicação.

**3,56%** dos candidatos não compareceram ao exame

**4.232** vagas

**61.984** inscritos

## O ministro da Educação não sabe o que diz



**DEU RUIM** Ao imputar crime a universidades, Weintraub é que pode acabar processado: difamação

*Abraham Weintraub quer colocar a polícia dentro dos campi universitários para impedir eventuais manifestações contra ele ou Bolsonaro. Para isso, ele acusou, sem apresentar nenhuma prova, estudantes e faculdades de cultivarem maconha e produzirem drogas sintéticas*

Antonio Carlos Prado

Mais uma vez, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, investiu contra as instituições de ensino federais tentando envolver, na semana passada, os seus alunos em prática criminosa. Se a intenção do ministro era a de levar a Polícia Federal para dentro dos campi universitários, a sua estratégia acabou com nota zero, tal o absurdo por ele dito e a falta de exatidão nos

dados que apresentou. Segundo Weintraub, existem universidades federais nas quais é possível encontrar “plantações extensivas de maconha”. O que significa, para o ministro, a expressão “extensiva”? O complemento de sua falsa denúncia guarda a explicação desprovida de qualquer sentido: o plantio de maconha ocuparia áreas tão grandes a ponto de os estudantes terem de se valer de borrifadores de agrotóxicos para mantê-lo vivo. E o ministro disse mais: laboratórios de faculdades de química estariam “desenvolvendo meio de produzir drogas sintéticas, como, por exemplo, metanfetaminas”.

Por que, em sua opinião, ocorre isso nos campi? A resposta é dele próprio: porque a polícia não pode legalmente ingressar neles, a não ser em caso de flagrante delito (como

um homicídio, por exemplo). Como dissemos acima, o objetivo final de Weintraub é introduzir força policial nas dependências das universidades, e não estamos aqui extrapolando se cogitarmos a hipótese de que seu o intento é cercear eventuais manifestações estudantis, no interior das faculdades, que possam se dar contra a sua gestão ministerial e o governo de Jair Bolsonaro. A tentativa de cerco autoritário é ampla e persistente. Weintraub esqueceu-se, no entanto, que facilmente se verifica nos dias de hoje a veracidade de informações.

O ministro exemplificou a sua acusação com casos que teriam ocorrido na Universidade de Brasília (UnB) e na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Vamos aos fatos.

Em 2017, houve a prisão de dois alunos da UnB por causa de maconha, e, na primeira hora, noticiou-se que a droga se encontrava em terreno de propriedade da universidade. A conclusão do caso, não mencionada por Weintraub, o desautoriza na argumentação. Os jovens estudantes não foram condenados porque nada se provou contra eles. Além disso, ficou comprovado que o local em que estava a maconha não integra o campus da Universidade de Brasília. Quanto à UFMG, que estaria, de acordo com o ministro, produzindo drogas sintéticas em seus





laboratórios, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais decidiu, há dois meses, que as três pessoas envovidas e condenadas não possuíam o menor vínculo com a faculdade. Diversas entidades ligadas ao setor acadêmico reagiram imediatamente às declarações de Weintraub. A Associação dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) afirmou, por meio de nota, que o ministro “parece nutrir ódio pelas universidades federais brasileiras”. Para a Sociedade Brasileira de Química é “absolutamente estarrecedora (...) a sequência de ataques que o sr. ministro vem proferindo contra as universidades federais, usando dados infundados (...) numa tentativa aparentemente premeditada de macular a imagem de nossas universidades”.

O ministro saiu literalmente derrotado na estratégia que ele mesmo montou. E outra derrota viria. A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados manifestou-

se, na semana passada, preocupada com a ineficiência da atual gestão no Ministério da Educação e já prepara uma PEC para vetar cortes de verbas às faculdades como o governo federal promoveu ao longo desse ano. As atitudes e declarações afoitas de Weintraub, na maioria das vezes, se voltam contra a sua própria Pasta, e não foi diferente agora. Na verdade, enquanto ele troca o sobrenome do escritor Franz Kafka por kafta e acha que a expressão assepipes possui o mesmo significado de asseclas, isso é problema dele. Já bastante grave é acusar, sem que haja a menor prova, universidades e estudantes de cometerem crimes como o de plantar maconha. Crimes, isso sim, é ele quem pode eventualmente ter praticado nesse lamentável episódio: improbidade, difamação ou prevaricação.

*O ministro sofreu também uma grande derrota na Câmara dos Deputados. A Comissão de Educação vê paralisia no Ministério sob o seu comando*

## Câmara avalia inépcia na gestão da educação

*Relatório de comissão retrata fragilidades em área essencial ao desenvolvimento*

Onze meses depois de iniciado, o governo Jair Bolsonaro demonstra enfrentar problemas de eficiência administrativa em áreas relevantes. A educação é uma delas, confirma uma comissão da Câmara encarregada de analisar a condução da política setorial e o desempenho da burocracia ministerial. Trata-se de ação importante do Legislativo na avaliação de políticas públicas. Os diagnósticos da comissão refletem uma evidente falta de sincronia entre a gestão, o planejamento e a realidade brasileira, com consequências diretas na formulação e na execução da política educacional. Em abril, depois de uma desastrosa audiência do então ministro da Educação, Ricardo Vélez, 50 deputados de 12 partidos subscreveram uma inspeção nos programas setoriais. Criou-se, então, uma comissão especial com a responsabilidade de realizar um diagnóstico e apresentar alternativas. Bolsonaro substituiu o atrapalhado Vélez por Abraham Weintraub, atual ministro. Tanto um como outro insistiram em perder tempo entretidos numa estridente caça ao comunismo, sepultado há três décadas. Esqueceram o principal, o trabalho. Em 11 meses, Vélez e Weintraub conseguiram a proeza de rebaixar o perfil da educação, área em que houve continuidade de programas entre governos.

O relatório da comissão, que será votado nos

próximos dias, retrata ambiguidades e fragilidades governamentais na gestão desse setor vital ao desenvolvimento. Paradoxalmente, elas derivam de uma circunstância perversamente negativa: a prevalência da doutrinação na condução de políticas públicas fundamentais, motivo de constantes críticas aos adversários petistas feitas pelo candidato Bolsonaro durante a campanha eleitoral do ano passado. Exemplo vívido da tepidez no comando está na baixa execução orçamentária de diversos programas de competência do Ministério da Educação. Em uma etapa marcada pelo contingenciamento de recursos, mesmo os programas e funções orçamentárias que não sofreram bloqueio de recursos tiveram baixo nível de efetividade.

Num país que ainda não alfabetizou nem a metade das crianças até o terceiro ano do ciclo fundamental, o ministério manteve próximo de zero os repasses de verbas para ações de “apoio ao desenvolvimento da educação básica”, até julho passado. Em dois programas orçamentários focados na educação de jovens e adultos, os deputados constataram um com execução próxima de zero e o outro beirando 1%. Com ideias fora de lugar e ações caricaturais, o ministro Weintraub tem confirmado sua preferência pelo embate com adversários, frequentemente imaginários. Seria mais uma nota de almanaque do folclore político, não fosse o alto custo que a inépcia na gestão da educação pode representar ao futuro do país.

### *Está no sangue*

Ministro da Educação, Abraham Weintraub já deu mostras de sua falta de intimidade com o ambiente das universidades públicas. Não é o único da família. Seu irmão, Arthur Weintraub, assessor direto de Bolsonaro, foi reprovado no concurso de livre-docência da faculdade de Direito da USP, em 2006. Na ocasião, não se conformou com as notas que recebeu — nenhuma delas acima de 5,75 — e saiu esculachando os integrantes da banca examinadora.

## Professores youtubers atraem milhões

*Os edutubers, que já têm até fã-clubes, fazem sucesso se aproveitando justamente do que os jovens sentem falta na educação formal: agilidade, linguagem fácil e próxima, além de estratégias para entreter; alguns canais chegam a 5 milhões de visualizações*

Renata Cafardo

Animações digitais fazem letras subirem e descenderem da tela, enquanto o professor ensina o que são as palavras oxítonas. No fim, ele canta o “funk da acentuação”. A professora jovem fala da 1.ª Guerra Mundial como se estivesse batendo um papo, mas com conteúdo na ponta da língua, em um cenário montado em um quarto de adolescente.

Professores youtubers – já chamados de edutubers – fazem sucesso aproveitando-se justamente do que os jovens sentem falta na educação formal: agilidade, linguagem fácil e próxima dos adolescentes, estratégias para entreter o aluno. Os canais com vídeoaulas chegam a ter 5 milhões de visualizações por mês. Nas redes sociais, os professores são tratados como estrelas e têm até fã-clube.

Só com a receita dos vídeos, a chamada “monetização do Youtube”,



que leva em conta visualizações e publicidade, os mais conhecidos ganham cerca de U\$ 2 mil (R\$ 8,4 mil) por mês. O piso salarial do professor do ensino básico público é de R\$ 2.455. O salário do docente de ensino médio na maioria das escolas privadas de São Paulo é de menos de R\$ 6 mil, segundo dados do sindicato da categoria.

A popularidade dos vídeos faz com que eles vendam ainda cursos online, posts patrocinados nas redes sociais e sejam chamados para aulas pelo País por colégios e empresas. O cachê pela participação é de cerca de R\$ 8 mil.

“A sala de aula ficou obsoleta, agora o aluno pode voltar, pausar, ouvir de novo a explicação que não entendeu”, diz o curitibano Noslen

Borges de Oliveira, de 40 anos, o professor Noslen. Recentemente ele se demitiu do último dos sete empregos que acumulava, em escolas e cursinhos. Hoje, só na internet, já ganha mais. “Na escola, o professor é aquele que foi colocado lá e pronto. O aluno gosta de mim porque me escolheu.”

Seu canal de Português e Literatura tem 2,4 milhões de inscritos, que é como se chama quem o acompanha com frequência e recebe notificações quando um vídeo é publicado. São alunos de São Paulo, Rio e Nordeste, entre 17 e 24 anos. Bem-humorado, ele assoa o nariz no meio da explicação sobre orações subordinadas e não edita quando se confunde ao falar. No período da preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio





(Enem), foram 5,7 milhões de visualizações no canal. “As pessoas me param na rua para me agradecer, tiram fotos.”

Carreira. “É a valorização do professor, acostumado a ser tão desprestigiado no Brasil”, diz a pedagoga Joana Dourado, que pesquisa os “professores influenciadores” para seu doutorado na Universidade Federal da Bahia. Estudos mostram que só 2,4% dos jovens de 15 anos no País querem ser professores porque a carreira passa a impressão de pouca realização pessoal, baixos salários, condições de trabalho ruins. Mas, para Joana, a “sedução do aluno pelo espetáculo”, que ocorre no YouTube, pode ajudar a abrir os olhos do professor tradicional para o digital.

Segundo dados do YouTube Brasil, nove entre dez usuários usam a plataforma para estudar e buscar conteúdos de educação. “Aula nem sempre é chata, as pessoas gostam de aprender se o conteúdo está associado ao entretenimento ou algo de interesse”, diz Priscila Gonsales, fundadora do Educadigital, que faz projetos em educação na cultura digital. Para ela, não há prejuízo em usar a internet para reforçar o conteúdo aprendido em sala. “O perfil dos estudantes é outro e o mundo fora das escolas é tomado pelo contexto digital. Mas continua sendo importante a escola ser o

espaço de debates e reflexões.” Lívia Araújo, de 18 anos, não conseguia pagar um cursinho presencial e estuda pelo YouTube. “Parece que os professores estão aqui em casa. É descontraído, não sinto que é uma obrigação.”

A youtuber mineira Débora Aladim, de 21 anos, foi uma das sensações de um aulão para o Enem com 6 mil alunos. Ela ainda cursa História na Universidade Federal de Minas Gerais e seu canal no YouTube, em que faz vídeos como “A revolução francesa em 5 minutos”, tem 2,3 milhões de inscritos. Débora se forma professora em breve e não pensa em trabalhar em escolas. “Como professora online tenho liberdade, monto minhas aulas de acordo com a demanda.” Com o dinheiro das redes, saiu da casa dos pais, alugou um apartamento e se sustenta. Débora grava os vídeos sozinha, em casa. Mas sua equipe inclui empresário e assessores.

Filha de um veterinário e uma dentista, ela virou youtuber por acaso. Aos 15, escrevia resumos de História para os colegas. Certo dia, seu computador quebrou e Débora fez o resumo em vídeo, no celular, e pôs no YouTube. O vídeo teve rapidamente mil visualizações e ela percebeu que podia fazer mais. Hoje, um dos campeões do canal, com 3 milhões de visualizações, chamase

“Escrevendo redação sem saber nada do tema”, assunto que passou a ensinar. Débora é popular também no Instagram, onde publica viagens e faz posts patrocinados pela Uber Eats.

Mudança. O matemático Daniel Ferretto, de 44 anos, tem mais o estilo de professor de cursinho convencional. Foi como ele começou em Santa Catarina, em 1998, quando chegou a dar 65 aulas por semana em sete cidades. Em 2012, passou em um concurso para papiloscopista na Polícia Federal. Mas sentia falta das aulas e arriscou gravar um vídeo sobre adição. “Em um quarto de casa montei um estúdio, com cadeira, tripé e lousinha.” Aprendeu sobre equipamentos de vídeo, edição e fez tudo sozinho. “No começo tinha quatro inscritos, achei que ia chegar a no máximo 300.”

Hoje o canal tem 2,2 milhões de inscritos, com vídeos que vão do básico da porcentagem à matemática financeira. Trabalham com ele 17 pessoas, entre monitores e assessores. Além do YouTube, ganha com pacotes de R\$ 22 mensais por cursos online. “Como está tudo na internet, o professor não é mais o detentor do conhecimento, não dá para continuar dando aulas como em 1920.”

---

## Em escolas, vídeo é visto como aliado, se houver qualidade

● Professores de escolas particulares não veem rivalidade entre o trabalho em sala e vídeos com conteúdo escolar. Para educadores, se o formato atrai os jovens, pode ser um aliado, desde que haja acompanhamento e qualidade. "Temos de estar abertos ao menos para entender o que os atrai para esse tipo de aula", diz

Renata Leão, coordenadora da Esfera Escola Internacional, que passará a ofertar aulas optativas de youtube. A ideia é que alunos saibam fazer vídeos e aprendam a identificar conteúdos confiáveis.

Axé Silva, professor de Geografia do Colégio Dante Alighieri, dá aulas "analógicas" e mantém um canal no YouTube. "É uma ferramenta que pode agregar ao aprendizado, desde que bem utilizada." Ele convida alunos a assistir vídeos após as aulas – no canal, aborda temas com ajuda de convidados. / [ISABELA PALHARES](#)

---

## ‘Temos de vender a educação como filme’

Vídeos são praticamente documentários, com efeitos visuais, roteirista e supervisão de cientistas e historiadores

O Estado de S. Paulo 1 Dec 2019

Ele não é professor, mas se tornou um dos campeões de audiência entre os canais de educação do Youtube. Também foi um péssimo aluno, mas hoje ensina História e Ciência. Felipe Castanhari, de 29 anos, criou o Canal Nostalgia, hoje com 13 milhões de inscritos, para “compensar o que deixou de aprender na escola”, conta. Seus vídeos sobre a vida de Adolf Hitler ou sobre o desmatamento na Amazônia são praticamente documentários, com efeitos visuais, roteirista e supervisão de historiadores e cientistas.

“A ideia foi trazer conteúdo de qualidade, mas com a linguagem mais simples possível, para ultrapassar a barreira intelectual do brasileiro”, conta Castanhari, que antes de ser youtuber trabalhava com animação 3D em publicidade. Recentemente, ele fechou um contrato com a Netflix para um programa de História e Ciência que deve estreiar em abril. “Costumo dizer que quando eu entendo o vídeo, qualquer pessoa vai conseguir entender.”

Castanhari conta que passou de ano na escola “sempre colando” até chegar ao ensino médio, quando de



Castanhari. Para ele, a escola deixou de ser interessante

repente percebeu que não tinha nenhuma lembrança das aulas que havia assistido a vida toda. “Por alguma razão notei o quanto eu tinha perdido a oportunidade de aprender, então mudei completamente, virei um bom aluno, comecei a sentar na frente.”

Foi aí que ele se identificou com um professor de História, que hoje é o historiador do canal e supervisiona todos os vídeos. O Nostalgia tem esse nome porque Castanhari começou contando histórias do que gostava na infância, como desenhos animados e ídolos, como Michael Jackson. Até que os assuntos se esgotaram, brinca o youtuber, e resolveu se voltar para a educação, como uma forma de compensar o que tinha perdido no passado.

Há dois anos, Castanhari se envolveu em uma polêmica ao apresentar um programa do History Channel que foi criticado por escritores como Laurentino Gomes e Lira Neto. A produção foi chamada de superficial e acusada de buscar o “polemismo fácil”. Ele afirma que não teve ingerência no conteúdo e a produção cometeu erros.

Castanhari, que cresceu em Osasco, periferia de São Paulo, acredita que o sucesso dos professores youtubers vem do fato de a escola não ser mais interessante para o jovem. “Essa molecada não consegue ficar cinco segundos em um vídeo que acha chato, imagina sentada numa classe por 50 minutos? Temos de vender educação como entretenimento, como um filme.”

## No radar de empresas estrangeiras, profissionais de tecnologia deixam o País

*Empresas estrangeiras atraem brasileiros com passagens, casa e ajuda com visto*

Luciana Dyniewicz

Bem recebidos por empresas estrangeiras, que cuidam de visto, bancam passagens e arrumam residência para a família, profissionais de Tecnologia da Informação (TI) têm trocado o Brasil por países como EUA, Suécia e Alemanha, informa Luciana Dyniewicz. Nem sempre o salário em moeda estrangeira é o maior atrativo. Boa parte também cita serviços públicos de qualidade, segurança e polos de tecnologia de ponta para fazer as malas. Na Suécia, por exemplo, o número de vistos para brasileiros trabalharem em TI passou de 15, em 2014, para 126 neste ano. A Alemanha concedeu 2.851 vistos de trabalho a brasileiros em 2018, ante 904 em 2014. Segundo pesquisa do Boston Consulting Group, os EUA ainda são o destino preferido de brasileiros que trabalham com TI, mas países europeus podem oferecer mais facilidades, como visto de trabalho para o cônjuge.

“Como falta mão de obra qualificada, empresas com condições de trazer pessoas de fora optam por esse caminho” FELIPE BARBOSA, ENGENHEIRO



Mudança. Lucas Albuquerque, 27 anos, vive na Polônia há 2

Cinco convites para processos seletivos, por semana, costumam chegar pelo LinkedIn para o engenheiro de software Lucas Albuquerque, de 27 anos. São, em sua maioria, enviados por empresas europeias de Tecnologia da Informação (TI), que, assim como as brasileiras, sofrem com a falta de mão de obra. Diante da baixa oferta de trabalhadores qualificados na área, países como Alemanha, Suécia e Polônia têm aberto suas portas para brasileiros, e as companhias, bancado passagens e moradia para a família dos trabalhadores nos primeiros meses após a mudança.

Vivendo com a mulher na Polônia há dois anos, Albuquerque já comprou apartamento, viu seu filho nascer em um hospital onde as enfermeiras não falavam inglês – nem

ele polonês – e mudou de emprego. “Nunca tinha pensado na Polônia, mas a empresa me encontrou (pela internet) e aí descobri que, enquanto a Alemanha concentra mais startups, a Polônia tem empresas mais robustas, o que deu segurança para eu mudar.”

Albuquerque já chegou a trabalhar ao lado de outros dois brasileiros em uma equipe de apenas dez profissionais. “Quando cheguei aqui, tinha como saber quem eram quase todos os brasileiros. Agora, não dá mais. O grupo no WhatsApp de brasileiros de TI em Cracóvia tem 207 pessoas.”

Os altos índices de violência, a falta de serviços públicos de qualidade e a dificuldade para desenvolver tecnologias de ponta estão entre os fatores que têm levado





os brasileiros de TI a deixar o País. Como consequência, está o aumento da distância entre o Brasil e os países mais avançados (ler mais na pág. B3).

Na Suécia, por exemplo, o número de vistos concedidos para brasileiros trabalharem na área passou de 15 em 2014 para 126 no acumulado deste ano. Do total dos novos vistos em 2014, 19% eram para profissionais de TI. Hoje, esse número chega a 36%.

Um dos destinos mais procurados, a Alemanha deu 2.851 vistos de trabalho para brasileiros no ano passado – em 2014 foram 904. A embaixada alemã no Brasil não segmenta esse dado por área, mas calcula que, em 2018, 1,5 mil brasileiros trabalhavam com ciência e tecnologia no país.

“Falta talento na área. E o talento brasileiro que vem para a Europa costuma ser mais sênior”, diz o português Pedro Oliveira, cofundador do Landing.jobs, um site que conecta empregadores da Europa e trabalhadores de tecnologia. Na plataforma, brasileiros são o segundo maior grupo de

usuários, com 15% do total, atrás apenas dos portugueses, com 30%.

“Como esse é um momento de expansão do mercado, grande parte das empresas nunca para de contratar. As que têm estrutura para trazer pessoas de fora optam por esse caminho”, diz o engenheiro de software Felipe Ribeiro Barbosa, de 34 anos.

Após sete anos na Suécia, Barbosa está agora nos Estados Unidos, trabalhando na Netflix. Na Suécia, ele chegou em 2012 e era o único brasileiro na companhia em que trabalhava. “Depois, em 2015, durante a crise no Brasil, foi impressionante a chegada de brasileiros. A empresa contratou até uma recrutadora brasileira.” Em 2018, quando Barbosa deixou Estocolmo, já havia 30 brasileiros na empresa.

Segundo pesquisa do Boston Consulting Group (BCG), os EUA são o destino preferido dos brasileiros de TI. De 131 profissionais ouvidos pela consultoria aqui, 63% afirmaram estar dispostos a se mudar para o país. Canadá, Portugal e Alemanha aparecem em

seguida.

Os países europeus, porém, acabam ganhando dos EUA por facilitarem a permanência de estrangeiros. É comum, por exemplo, que o cônjuge do profissional contratado também consiga visto de trabalho – o que dificilmente ocorre nos EUA.

Na Europa, a maioria dos países também não exige que o trabalhador tenha concluído o ensino superior. É o caso de Daniel Rodrigues da Costa Filho, de 37 anos – 23 deles como programador. Ele chegou a cursar Ciências da Computação, mas largou, o que não o prejudicou no processo de seleção. Apenas quando solicitou o visto no consulado alemão, precisou comprovar que tinha experiência na área.

O paulista trabalha em uma startup, mas já passou pelo N26, um dos maiores bancos digitais da Europa. “Trocar de emprego é simples aqui. A procura (por parte das empresas) é grande e, com o Brexit, tem muita empresa vindo para Berlim.”

## Salário não é maior atrativo na hora de escolher um trabalho



**Suécia.** Há 4 anos morando em Estocolmo, Josiane Ferreira destaca a igualdade de gênero

Fator é o 8º na lista dos trabalhadores de TI na hora de escolher emprego, diz pesquisa

Luciana Dyniewicz

Salário mais alto em uma moeda mais forte não costuma ser o principal atrativo da Europa para brasileiros da área de Tecnologia da Informação (TI). Há casos em que o poder aquisitivo do trabalhador até diminui após a mudança, o que é compensado pela possibilidade de

estar em um grande centro de inovação e se desenvolver profissionalmente.

Pesquisa da consultoria Boston Consulting Group (BCG), feita em parceria com a empresa de soluções para recrutamento The Network, mostra que, para os brasileiros de TI, o fator mais valorizado na hora de escolher um emprego é o desenvolvimento da carreira. O salário aparece na oitava posição na lista de prioridades para brasileiros.

Na média global, está em quinto lugar.

O paulista Daniel Rodrigues da Costa Filho, de 37 anos, pensava em mudar para a Europa desde 2010. “Queria participar do desenvolvimento da tecnologia”, diz. Há três anos, trocou São Paulo por Berlim, na Alemanha, mesmo perdendo poder aquisitivo. “Minha impressão era de que, na minha área, tudo acontecia fora do Brasil.”





Na Noruega há pouco mais de um ano e após sete anos na Suécia, a engenheira Andressa Kalil, de 37 anos, destaca itens como segurança, bons serviços públicos e oportunidades de trabalho como fatores preponderantes que a levaram para a Europa. “As empresas que lideram na área de TI estão fora do País, e é nelas em que se tem mais possibilidades para aprender. O Brasil corre muito atrás do que já está desenvolvido.”

A cearense Josiane Ferreira, que está há quatro anos em Estocolmo, lembra ainda que, na Suécia, há uma grande preocupação com a igualdade de gênero. “No Brasil, quando se trabalha com TI é comum ser a única mulher na equipe. Aqui, a questão de gênero é uma das prioridades das empresas.”

Acima da média. O levantamento do BCG indica ainda que 87% dos brasileiros de TI estão dispostos a mudar de país para trabalhar. O número é maior que o registrado entre brasileiros de outras áreas (73%) e da média global de trabalhadores de TI (67%).

Diante dessa predisposição dos trabalhadores para deixar o Brasil, as empresas locais precisam fidelizar seus funcionários, oferecendo treinamentos e ensinando a cultura da companhia, diz Luiz Comazzetto, vice-presidente e sócio da consultoria de recrutamento Fesa. “Se você não cuidar do funcionário

como um craque, ele te larga no primeiro momento.”

As empresas precisam também se adaptar ao modo de remunerar e de garantir qualidade de vida aos empregados, afirma o consultor. Liberar os funcionários para trabalharem de casa, com flexibilidade de horário, é essencial, diz. Contratar o trabalhador por projeto, permitindo que atue para mais de uma empresa, também é uma possibilidade. “Hoje o pessoal de TI escolhe onde vai trabalhar. A única forma de segurar essa galera é se aproximar do que as empresas de fora oferecem”, acrescenta.

Segundo Comazzetto, há polos no Brasil em que as empresas estão mais avançadas nessa transformação, como Recife (PE), Florianópolis (SC), Campinas (SP) e Pelotas (RS). “Nesses locais as companhias já entenderam as mudanças. Você pega um trabalhador do Recife, que vai à praia antes de trabalhar e tem boa qualidade de vida, dificilmente ele vai querer sair de lá.”

O professor de Liderança e Pessoas da Fundação Dom Cabral, Paulo Almeida, destaca que, apesar das dificuldades atuais, o profissional de TI deve estar atento ao potencial de crescimento de mercado do Brasil. “Na Europa as carreiras costumam ser mais estagnadas. O Brasil é um país continental, com muito potencial.”

## ‘A distância entre nós e os países avançados será ampliada’

*Glauco Arbix, coordenador do Observatório de Inovação da USP*

O fato de a já escassa e disputada mão de obra brasileira da área de tecnologia estar deixando o Brasil deve resultar em uma distância ainda maior entre a economia brasileira e as mais avançadas, segundo o professor Glauco Arbix, coordenador do Observatório da Inovação do Instituto de Estudos Avançados da USP. Para tentar reverter essa tendência, segundo ele, é preciso ampliar o centro motor das inovações “caso contrário, vai gerar uma desigualdade maior entre os países e dentro deles também”, modificar a estrutura de salário e ambiente das empresas, além de reorganizar o ensino brasileiro.

**• O êxodo de profissionais de TI deve ter quais impactos na economia brasileira?**

A distância entre a economia brasileira e as mais avançadas do mundo já é muito grande. Se pegar a indústria, a distância na área de tecnologia é gigantesca. Estamos em um estágio incipiente. O impacto é que vamos ampliar ainda mais essa diferença. Esse é o grande problema da tecnologia atual: os grandes avanços não acontecem em todos os países e, mesmo nos países

avançados estão concentrados nas principais universidades e empresas. O centro motor dessas inovações tem de ser ampliado. Caso contrário, vai gerar uma desigualdade maior no mercado de trabalho, no sistema educacional e nos salários.

**• O que as empresas e o governo podem fazer para reter profissionais de TI?**

Como esse movimento de digitalização é recente, parte das empresas não está preparada: não tem uma carreira montada e o profissional muitas vezes é submetido a chefias que não entendem o que ele propõe. Sem um ambiente empresarial adequado para abrigar os profissionais, a produtividade e o grau de inovação são baixos. Carreira significa uma remuneração progressiva e vinculada ao tipo de resultado que esse profissional dá. Salário, ambiente, estrutura de comando adequada, com gente qualificada, capaz de compreender o grau de sofisticação do que está sendo proposto. Grandes profissionais não saem necessariamente por salário. Saem porque têm desafios e estruturas diferentes. Os profissionais têm de ser desafiados permanentemente. Tem gente que chama isso de problema cultural das empresas brasileiras. A economia brasileira não inova muito. Tudo isso está ligado

com o que o mercado se dispõe a pagar. Uma empresa só vai aumentar salários se precisar de profissionais com qualidade. Se a minha intenção é fazer algo superficial, numa escala de inovação de uma a dez, quero fazer algo dois, por que vou pagar esse profissional?

**Como mudar isso?**

A economia tem de aumentar o nível de digitalização. Isso é lento e não é fácil.

**O País tem preparado profissionais para isso?**

Um trabalho multidisciplinar é fundamental nessa área hoje. Ninguém faz um trabalho puramente de estatística, é preciso também fortalecer todas as áreas de ensino. A CNI (Confederação Nacional da Indústria), com todos seus problemas, tem grupos de trabalho com escolas e com as principais universidades tratando das qualidades das engenharias. Claro que é mais difícil mudar aqui do que em países que já têm tradição em educação orientada. Aqui há uma resistência grande das nossas escolas, mas tem de mudar. As escolas vão formar cada vez mais gente que não vai encontrar onde trabalhar./L.D.

## EDUCAÇÃO »

# Hoje é dia de fazer o PAS

*Ao todo, 61.959 estudantes do ensino médio se inscreveram para as três etapas do Programa de Avaliação Seriada da UnB. Exame começa às 13h e será encerrado às 19h. Orientação é chegar com uma hora de antecedência aos locais de prova*

Thiago Cotrim\*  
Thais Umbelino\*  
Rayssa Brito\*

O Programa de Avaliação Seriada da Universidade de Brasília (PAS-UnB) começa hoje para os 61.959 inscritos nas três etapas. O exame começa às 13h e tem duração de cinco horas. O Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebbraspe) orienta os alunos que forem realizar a prova para que cheguem com pelo menos uma hora de antecedência. Os locais de aplicação do exame podem ser consultados na página de acompanhamento (<https://www.cebraspe.org.br/pas/subprogramas>).

Para a primeira etapa, foram registrados 25.685 estudantes; para a segunda, 22.515 e para a terceira, 13.759. As duas primeiras etapas do exame ocorrem em catorze regiões do Distrito Federal e em mais quatro cidades de Goiás e Minas Gerais. Já a terceira fase acontecerá somente na capital do país: Asa Norte, Asa Sul, Gama e Taguatinga. O

patrulhamento e o monitoramento do trânsito serão realizados por equipes do Detran. O órgão informa que só haverá intervenções caso seja necessário.

Como nos anos anteriores, o curso de medicina é o mais concorrido (57,10 candidatos por vaga), seguido de psicologia (35,84 candidatos por vaga) e medicina veterinária (24,55 candidatos por vaga), todos no Câmpus Darcy Ribeiro. Natalia Villar, 15 anos, irá fazer o PAS pela primeira vez e afirma que, mesmo tendo estudado muito para passar no sonhado curso de medicina, está temerosa. "Estou com um pouco de medo, pois não sei muito o que esperar da avaliação", assume. A rotina de estudo da jovem é intensa, com mais de 8 horas dedicadas aos livros e apostilas por dia.

Vinicius Lacerda, 15, também vai testar os conhecimentos no PAS pela primeira vez. "Acho que vai ser uma boa experiência", afirma. Ele revela não ter definido uma rotina de estudos e que ainda não sabe qual curso fazer, mas, para o jovem, o método de avaliação do PAS é melhor do que o do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). "Mesmo que o Cebbraspe seja mais rígido, acho que o conteúdo é muito menos extenso, e, como é seriado, não precisa ser revisado frequentemente", avalia.

Para realização da prova, é necessário levar caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente, e um documento original com foto — carteira de identidade, carteira nacional de habilitação (CNH), carteira de trabalho, passaporte, certificado de reservista, entre outros. Candidatos que portarem aparelhos eletrônicos, relógios, óculos escuros, lápis, grafite e acessórios de chapelaria, além de recipientes e embalagens que não sejam fabricados em materiais transparentes, serão eliminados da prova.

### Dicas

O professor de física Allan Boçari aconselha que aluno não altere a rotina e tenha uma boa alimentação no dia da prova. "É necessário que o candidato faça o que está acostumado e coma alimentos leves. Também é indicado chegar com uma hora de antecedência ao local de prova, porque não é possível ter controle de fatores externo, como o trânsito, por exemplo. Deve-se evitar qualquer situação que gere ansiedade ou estresse no aluno", avisa.

No momento do teste, alguns rituais podem ajudar o estudante. "Primeiro, se ele estiver muito ansioso e estressado, é necessário respirar fundo pelo nariz e tentar se acalmar. Uma vez que o aluno começa a prova, vale a pena buscar conteúdos em que tenha mais segurança. Há a opção de marcar os





itens que podem demandar mais para depois voltar a eles. É importante que, ao longo de toda a prova, o aluno vá ganhando segurança. Quando se começa por questões consideradas mais difíceis para o candidato, ele pode travar e perder a noção de tempo. Entra na questão emocional e o aluno se sente pressionado em fazê-la”, explica o professor.

#### Gabarito

A previsão do Cebraspe é de que o gabarito oficial das questões tipos A, B, C e os padrões de respostas dos itens do tipo D estarão disponíveis a partir das 19h desta terça-feira, no endereço eletrônico [www.cebraspe.org.br](http://www.cebraspe.org.br). Allan Boçari indica que os alunos corrijam as provas para conferir se há alguma incoerência no gabarito. “Conferir o caderno de respostas oficial é importante, pois o aluno pode entrar com recurso em alguma questão que faça diferença na sua nota final”, completa.

\*Estagiários sob a supervisão de Guilherme Marinho

## IDENTIDADE GARANTIDA NA ESCOLA

Em SP, número de alunos que optam por nome social quadruplica em cinco anos

ANA LETÍCIA LEÃO

analeao@edglobo.com.br

SÃO PAULO (veja ao lado outros dados sobre SP e o resto do país).

“Sabrina era só um nome, não me identificava com nada. Uma vez fui fazer uma prova, assinei Tyler, e entre aspas coloquei Sabrina, só para me reconhecerem. A professora me chamou e disse que eu podia trocar de nome na escola. O processo foi muito simples e acessível. Passar a usar o novo nome foi um grande passo para mim.” A história do adolescente transgênero Tyler Guedes de Freitas, de 15 anos, é uma realidade para mais de 755 estudantes de colégios públicos estaduais de São Paulo, que usam o chamado “nome social” dentro do ambiente escolar. Até 2015, a quantidade de estudantes dos ensinos fundamental e médio ou do Educação de Jovens e Adultos (EJA) que faziam uso dessa alternativa não passava de 182 no estado. De lá para cá, esse número quadruplicou. Obtidos via lei de acesso à informação pela rede Fiquem Sabendo, os dados mostram que 334 alunos são do EJA, 320 do ensino médio e 101 do fundamental. A maioria dos estudantes (110) tem 17 anos, seguidos por jovens de 18



**Acolhimento.** Tyler, de 15 anos, teve o apoio da família e da Escola Estadual Caetano de Campos para mudar seu nome

anos (98) e 16 anos (89). Ao menos 14 crianças estão na faixa entre 5 e do Ambulatório Transdisciplinar/USP 12 anos. São 307 (40%) só em escolas da capital paulista

A possibilidade de uso de um “nome social” em escolas está prevista em lei desde março de 2010. Nos últimos anos, no entanto, essa prática se tornou mais conhecida. É utilizada principalmente por quem não se identifica com o gênero do nome de batismo. A faixa entre 16 e 18 anos é a que registra a maior concentração de casos. — Geralmente, a primeira percepção do transgênero é na infância, mas é na adolescência que ocorrem experimentações. Poder usar um nome social é um direito que lhes pertence e está mais comum. Eles experimentam a variação de gênero — explica o coordenador do Ambulatório Transdisciplinar de

Identidade de Gênero e Orientação Sexual da USP, Alexandre Saadeh.

### ‘ERA CONSTRANGEDOR’

Estudante do 9º ano do fundamental na Escola Estadual Caetano de Campos, na região central de São Paulo, Tyler é um adolescente como outro qualquer: usa roupas e óculos estilosos, tem o cabelo pintado de azul e não esconde a vontade de mostrar quem é. Chegou ao colégio no início deste ano, mas ainda era Sabrina. Apesar de já ter deixado claro para a família que queria adequar as roupas e cortar o cabelo, só contou para a mãe neste ano que era um garoto trans, e teve o apoio necessário para mudar o nome social na escola: — Já queria ter chegado como Tyler para ninguém me reconhecer como Sabrina. Lá fora e nas redes sociais





eu já tinha mudado, mas na escola, antes de usar o nome social, eu me sentia desconfortável. Se entrava um aluno novo na sala, eu me apresentava como Tyler, mas na hora da chamada a professora dizia Sabrina, e eu tinha que responder “presente”. Ficava uma situação constrangedora. O Caetano de Campo só a escola com o maior número de estudantes transgêneros ou travestis que usam o nome social em São Paulo, de acordo com a Secretaria Estadual de Educação. São 40, do total de 1.308 alunos. De acordo com Tiago Pereira, diretor pedagógico da instituição, um menino trans de 13 anos só o mais novo, e uma idosa trans do EJA, de 66 anos, é a mais velha a assinar o nome social. — Significa a identidade do aluno, como ele quer ser chamado. É importante dizer que não é simplesmente uma questão de gênero, mas de afetividade e identidade enquanto pessoa. O aluno traz um capital cultural da sua vivência que é compartilhado na escola com os colegas. Pereira explica que os alunos maiores de idade podem fazer a alteração para o nome social direto na rede interna, mas os que têm menos de 18 anos precisam de autorização dos pais. O decreto de março de 2010 — válido para toda a administração pública de São Paulo — permite que o nome social seja usado em provas,

chamadas, listas de presença, abaixo-assinados, grêmios estudantis e documentações internas. No entanto, segundo a Secretaria de Educação, declarações e histórico escolar, certificado de conclusão de curso e diploma devem trazer o nome civil. — É um processo que vamos melhorando. Aquela preocupação que tinha todo início de semestre para conferir listas e evitar constrangimentos na hora da chamada não tem mais.

O aluno não respondia porque não constava o nome social, só o civil, e depois vinha chateado reclamar para mim. Agora unificou tudo. O professor não sabe mais quem usa nome civil ou nome social. É um nome só — explica Pereira. Para a educadora e terapeuta sexual Carla Zeglio, poder usar o nome social é uma forma de melhorar a saúde pública, uma vez que o sentimento de identidade é capaz de garantir mais saúde mental e evitar problemas como depressão e ansiedade. — Quando acolhemos o indivíduo no início da compreensão da própria vida, ele não se sente obrigado a ser João ou Maria, mas sim o que quiser ser.

*“Poder usar um nome social é um direito que lhes pertence e está mais comum. Os jovens experimentam a variação de gênero”* \_ Alexandre Saadeh,

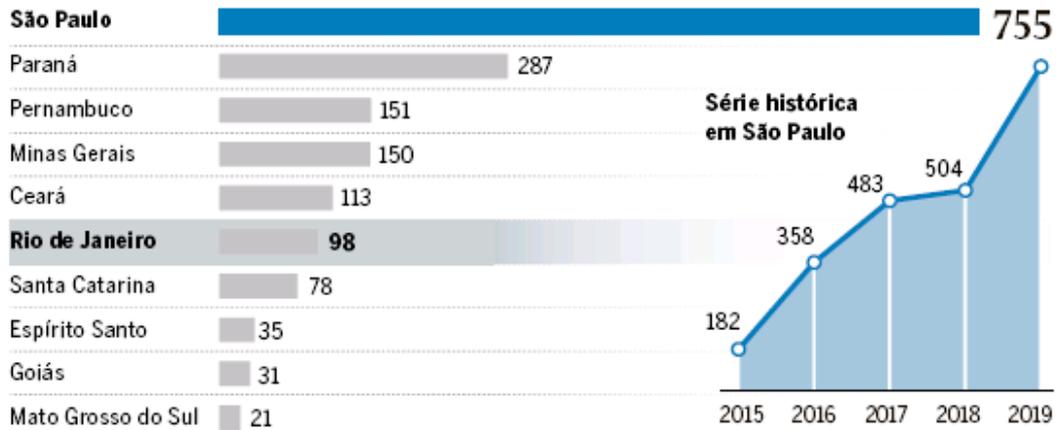




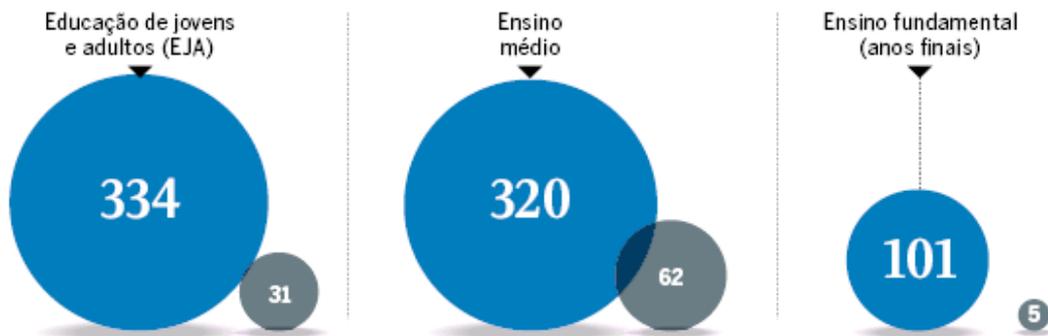
## TROCA DE GÊNERO

Estudantes de escolas estaduais que usam nome social

### PELO PAÍS



### POR ETAPA



### POR IDADE



Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Pará, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Piauí e Tocantins não deram retorno ou não informaram os dados pedidos pela reportagem. Já o Distrito Federal, Maranhão, Mato Grosso, Paraíba, Rio Grande do Sul e Sergipe informaram que não têm dados sobre o número de estudantes que utilizam nome social nas redes estaduais de ensino.

Editoria de Arte

## Federais vão receber R\$ 125 milhões para obras

*Distribuição dos recursos entre universidades levará em conta desempenho e menor custo por aluno*

GABRIEL SHINOHARA  
gabriel.shinohara@bsb.oglobo.com.br  
BRASÍLIA

O Ministério da Educação (MEC) vai liberar R\$ 125 milhões adicionais para universidades federais comprarem placas solares e concluírem obras que estão paradas ou em andamento. Os recursos são da Secretaria de Educação Superior (Sesu) do próprio ministério e serão liberados ainda este ano.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, afirmou que o investimento foi possível depois de um remanejamento de recursos no ministério. O secretário de Educação Superior, Arnaldo Lima, disse que os recursos devem ir para as obras que já estejam ao menos com metade da previsão concluída. — Temos dois objetivos: terminar o brase mandamento e investirem energia limpa para que agente tenha redução de despesa permanente. A distribuição dos recursos será guiada por dois critérios. Serão R\$ 87,5 milhões para as universidades que têm menor custo por aluno e R\$ 37,5 milhões para as instituições com

melhor desempenho. As diretrizes se adequam à defesa de Weintraub da meritocracia na distribuição de verbas para as federais, com ênfase na gestão administrativa. Quando anunciou medidas de contingenciamento, em maio, o ministro alegou que um de seus critérios de seleção seria reter verba de universidades que não apresentassem “desempenho acadêmico esperado” e promovessem eventos com “balbúrdia” em suas instalações. Na época, três instituições tiveram valores bloqueados de imediato: a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA). Depois, todas as federais sofreram contingenciamentos que só foram liberados em outubro. Weintraub busca implementar um novo modelo de financiamento para as universidades públicas, o Futurese. O plano do MEC prevê R\$ 102,6 bilhões em incentivos para captação de recursos privados. Esse valor não será anual, mas administrado para gerar receitas que serão usadas no financiamento de diversas atividades das instituições, de acordo com necessidades específicas e a apresentação de resultados.

## Educação perdida

Relatório da Câmara detalha inépcia de Weintraub em pasta crucial do Executivo

Embora enfrente concorrência acirrada, a educação talvez seja, dentre todas as áreas de governo, aquela em que a inépcia da administração Jair Bolsonaro se apresenta de modo mais evidente.

Comandado desde abril pelo boquirroto Abraham Weintraub, após a breve e caótica passagem de Ricardo Vélez, o MEC chega ao fim do ano tendo feito pouco ou nada para combater os problemas que mais afligem o ensino nacional.

O péssimo desempenho foi esmiuçado por uma comissão da Câmara dos Deputados, cujo relatório, revelado pelo jornal O Estado de S. Paulo, aponta para um estado de paralisia da pasta, tanto no planejamento quanto na implementação de políticas públicas.

Exemplo claro disso é a nova Política Nacional de Alfabetização. Única meta específica estabelecida pelo ministério nos primeiros cem dias de governo, a iniciativa até o momento carece de um plano de ação, bem como de um prazo para chegar às escolas.

O documento da Câmara assinala ainda o atraso na implementação de projetos prioritários, como o Plano Nacional de Educação, conjunto de 20 objetivos a serem cumpridos até 2024, e a Base Nacional Comum Curricular.

O baixo índice de execução orçamentário é outro problema registrado pelo relatório. De janeiro a julho, período analisado pela comissão, diversas ações de apoio à educação básica não receberam recursos, por exemplo. Nesse ponto, ao menos, o MEC pode se escudar nas restrições financeiras que afligem toda a Esplanada.

Entre as causas do pífio desempenho, afirma o documento, encontra-se a alta rotatividade nos cargos comissionados, que persistiu até setembro e se mostra maior que em governos anteriores.

Enquanto relega o enfrentamento das principais mazelas da educação a segundo plano, Weintraub se dedica a promover projetos de agrado do bolsonarismo, como as escolas cívico-militares, e a adular o setor privado, propondo elevar a nota de instituições superiores em troca da cessão de espaço para atividades de ensino básico.

Isso quando não se ocupa de cruzadas ideológicas obscurantistas, propagando seu histrionismo pelas redes sociais, ou se desgasta em ataques retóricos às universidades.

Tudo somado e subtraído, este 2019 configura um ano perdido para a já precária educação pública brasileira. Trata-se de um luxo que o país não pode se permitir.

# Weintraub tira país de reuniões do Mercosul sobre educação

Ele também anunciou a liberação de R\$ 125 mi extras para universidades federais

Danielle Brant

**BRASÍLIA** O Brasil deixará de participar das reuniões de coordenação de políticas educacionais do Mercosul por entender que os custos são elevados e os resultados objetivos dos debates, nulos, disse nesta sexta (29) o ministro Abraham Weintraub (Educação).

Ele afirmou que os demais participantes dessas conversas foram avisados nesta sexta da mudança de atitude do governo brasileiro e ressaltou que a decisão do país "praticamente" não terá impacto no que já está em andamento.

"Tudo que tiver de iniciativa na área de educação vai ser mantido. A única coisa é que essas reuniões não vão mais acontecer com a presença do Brasil", afirmou.

"É só isso, porque, na prática, nada foi obtido. E o pouco



O ministro da Educação do governo Bolsonaro, Abraham Weintraub Pedro Ladeira - 16.ago.19/Folhapress





que está sendo discutido é bilateral. Então, na prática, significa economia de recurso do pagador de imposto para mais painel fotovoltaico, para mais creche, para mais ônibus escolar. Esse que é o impacto."

Weintraub reclamou que, na reunião que deveria acontecer nesta sexta, somente o Paraguai enviou ministro. "A Argentina mandou alguém da embaixada e o Uruguai não mandou ninguém. Então é um grupo que já não funcionava, mas tinha custos."

O Brasil adotará reuniões bilaterais com os demais países do bloco — Argentina, Uruguai e Paraguai. "Não estamos saindo do Mercosul."

Questionado sobre os custos das reuniões, estimou que seriam significativos nesses 28 anos de Mercosul. "Estamos falando de uma coisa com R\$ 30 milhões, mas é um número oficioso, não oficial."

Os encontros bilaterais também têm custos, admitiu, mas têm "começo, meio e fim" e objetivo claro, segundo ele.

Na entrevista, Weintraub anunciou ainda a liberação de R\$ 125 milhões em recursos extras neste ano para universidades federais.

Desse valor, 65% terão que ser usados para aquisição de placas fotovoltaicas, que convertem luz do sol em energia. Os 35% restantes poderão ser empregados para conclusão de obras paradas ou emanda-

mento. O dinheiro é da Secretaria de Educação Superior.

O ministro afirmou que a implementação dos painéis solares deve gerar economia de até R\$ 25,5 milhões ao ano na conta de luz das entidades.

"A placa tem expectativa de vida de 50 anos. Vai economizar R\$ 1 milhão direto do orçamento dele [do reitor]", disse.

Em outubro, Weintraub anunciou a liberação de todo o orçamento das universidades e institutos federais bloqueados neste ano. Os valores liberados, R\$ 1,1 bilhão, vieram de remanejamentos internos do MEC.

No início do ano, o ministério teve um congelamento total de R\$ 5,8 bilhões e depois desbloqueou, no fim de setembro, R\$ 1,9 bilhão.

A pasta ainda sofreu cortes de R\$ 926 milhões, como a Folha revelou, em um remanejamento orçamentário para atender negociações de emendas parlamentares no trâmite da reforma da Previdência.

## Chefes de equipe de alfabetização são exonerados

**BRASÍLIA** O ministro Abraham Weintraub (Educação) exonerou, na última semana, dois coordenadores da equipe de alfabetização do MEC.

O primeiro a ser exonerado, no dia 22, foi Renan de Almeida Sargiani, que ocupava o cargo de coordenador-geral de Neurociência Cognitiva e Linguística em uma diretoria na Sealf (Secretaria de Alfabetização).

No último dia 26, foi exonerada Josiane Toledo Ferreira Silva, coordenadora-geral de Avaliação Pedagógica em diretoria da Sealf.

Em nota, o MEC diz que os dois coordenadores da Sealf "se desligaram por motivos pessoais, mas permanecem no painel de especialistas da Conabe [Conferência Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências]". Segundo a nota, ambos darão sequência à elaboração do Renabe (Relatório Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências).

A PNA (Política Nacional de Alfabetização) do governo Bolsonaro prioriza o chamado método fônico (que concentra a atenção na relação entre sons e letras).

Sargiani era um dos principais defensores do método, que, para os apoiadores, é alvo de preconceito ideológico.

Especialistas e secretários da área defendem que o MEC não deve impor uma pedagogia e condicionar sua adoção à assistência técnica e financeira. Além disso, há discussões sobre a necessidade de conciliar diferentes metodologias e respeitar a autonomia das redes.

A Política Nacional de Alfa-

betização do governo Jair Bolsonaro foi criticada por relatório preliminar de comissão da Câmara dos Deputados. A Folha teve acesso ao documento, revelado pelo jornal O Estado de S. Paulo.

O relatório diz que, apesar de anunciada como prioridade, a política não foi implementada e não há plano de ação que a detalhe ou determine quando chegará às escolas. Weintraub afirmou em outubro que a política chegaria às salas de aula em 2020.

A falta de investimentos, em um ano de contingenciamento de recursos para a área da educação, é outra questão.

Apenas 4,4% do montante para investimentos do MEC foi gasto de janeiro a julho, menos da metade do que foi investido no mesmo período de 2018, segundo o documento.

A comissão foi criada em maio deste ano pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), a partir de requerimento assinado por 50 deputados de diferentes partidos.

Em nota, o MEC afirma que "lançará em breve programas e materiais sobre a Política Nacional de Alfabetização".

Sobre a execução orçamentária, diz que "o descontingenciamento total dos recursos só foi realizado há quatro dias" e que "o MEC já empenhou mais de 80% dos gastos discricionários e trabalha para executar todo o orçamento".

## Federais de SP se aliam contra plano do MEC

*Proposta intitulada 'Outro Futuro' se opõe ao Future-se e será levada ao Congresso*

Isabela Palhares

Para se contrapor ao programa Future-se, proposto pelo Ministério da Educação (MEC), as universidades federais paulistas se organizaram em uma aliança e formularam um documento com as medidas que defendem ser efetivas para o ensino superior público. O texto, com as diretrizes, foi intitulado de "Outro Futuro" e será encaminhado ao Congresso Nacional, onde as entidades de ensino e pesquisa dizem ter abertura maior ao diálogo do que com o ministério.

Enquanto o programa do governo federal foca em mudanças para ampliar o financiamento privado e a terceirização no ensino superior, a proposta das universidades reforça a obrigação do Estado com a garantia de recursos públicos e suficientes para manter e desenvolver as instituições, conforme prevê a Constituição Federal. "Parte do documento se dedica a reafirmar princípios constitucionais que estão sendo descumpridos por essa gestão. Precisamos lembrar e reforçar que é obrigação do Estado garantir financiamento, autonomia universitária, liberdade de

pensamento e a pluralidade de ideias na academia", disse Pedro Arantes, próreitor de Planejamento da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Também assinam o texto a federal do ABC (UFABC) e o Instituto Federal de São Paulo (IFSP).

O documento também traz novas propostas para a liberação de mais recursos, como a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que libera a receita arrecadada por conta própria pelas universidades do limite do Teto de Gastos. As instituições arrecadam cerca de R\$ 1 bilhão por ano, mas o dinheiro fica indisponível para uso, pois a lei estabelece que o excedente seja usado para abater a dívida pública.

As universidades ainda pedem urgência na aprovação da nova Lei de Licitações, que prevê modalidades que favorecem as compras especiais das universidades; revisão da Lei dos Fundos

Patrimoniais, concedendo incentivos fiscais aos doadores; parceria com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para uma linha de crédito, com recursos a fundo perdido, para reformas de segurança contra incêndio, acessibilidade e

restauração de patrimônios históricos das instituições de ensino.

"Entendemos que, se essas propostas forem aceitas e aprovadas, recuperamos e vamos aprimorar o ensino superior público", diz Arantes. Procurado, o MEC não se manifestou ontem até as 21 horas.

Organização. Depois de uma série de ataques do ministro Abraham Weintraub contra as universidades federais, entidades de ensino e pesquisa se organizaram nos últimos dias para rebater as acusações das quais têm sido alvo. A reação se tornou mais forte depois que o ministro acusou duas instituições de ter "extensivas plantações de maconha". A Andifes (associação dos reitores), a Associação dos Pós-Graduandos (ANPG), a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a Academia Brasileira de Ciência (ABC) repudiaram a acusação e estudam uma ação judicial contra o ministro.

O Estado apurou que as entidades e as universidades esperaram por meses uma oportunidade de estabelecer diálogo com a nova equipe que comanda o ministério. Ao perceber que os ataques só se intensificavam, elas se aliaram.



Unifesp. Pró-reitor lembra que é dever do Estado garantir financiamento para instituições

## **Paralisado, projeto do ministro não foi para consulta**

- O projeto de lei do Future-se está paralisado no Ministério da Educação (MEC). Previsto para ser enviado ao Congresso na primeira quinzena de novembro, o programa ainda não foi nem submetido a consulta pública, conforme prevê a legislação. A pasta fez uma consulta que foi questionada pelo Ministério Público Federal por não atender a regras previstas em lei e, por isso, terá de ser refeito o procedimento.

Anunciado em julho, o programa era visto pelo ministro Abraham Weintraub como a ação que poderia ser sua principal marca no MEC. No entanto, a proposta foi alvo de críticas e rejeitada pela maioria das universidades federais. Por isso, a pasta decidiu desacelerar a tramitação para tentar ganhar apoio antes de submeter a proposta ao Legislativo.

## Weintraub diz que ministério deixou Mercosul

O Ministério da Educação (MEC) anunciou ontem que o setor educacional do Brasil não vai mais fazer parte do Mercosul. Segundo o ministro Abraham Weintraub, a decisão de sair do grupo foi tomada após avaliação de que os investimentos nos últimos anos não levaram a “resultados concretos”.

O Estado apurou que a saída não tem base em nenhum estudo ou análise sobre a participação do Brasil no grupo. A decisão abrupta causou desconforto dentro do MEC e também no Itamaraty. A medida seria mais uma tentativa de Weintraub de mostrar que as ações da pasta estão em andamento – após um relatório da Câmara e fontes do setor apontarem para uma paralisia no ministério.

“Após 28 anos, não há resultados concretos e objetivos para a gente

mostrar e a despesa e o custo foram grandes”, afirmou o ministro, que disse estimar o “gasto de R\$ 30 milhões com as reuniões”. Questionado, o MEC não informou se foi feita alguma análise das ações e o impacto da saída.

Especialistas ouvidos pelo Estado disseram que a decisão de Weintraub pode ser questionada pelos demais países ou trazer problemas para o Brasil nas negociações que são feitas dentro do bloco. A adesão ao Mercosul se dá em todas as áreas de maneira integrada e não é possível retirar a participação em apenas uma delas. O Setor Educacional do Mercosul foi criado em dezembro de 1991 como um espaço para que os países membros e associados pudessem articular políticas educacionais, estimular a mobilidade e o intercâmbio. São realizadas reuniões semestralmente.

## Universidades terão R\$ 125 mi do MEC



Depois de contingenciar recursos das universidades federais por 2019 quase todo, o Ministério da Educação divulgou ontem a liberação de R\$ 125 milhões em recursos extras para as universidades federais. De acordo com a pasta, o dinheiro veio da Secretaria de Educação Superior (Sesu) e deverá ser investido em energia renovável e na conclusão de obras paradas nos câmpus.

“É o dinheiro da Sesu. Estamos remanejando, mexendo e buscando eficiência”, declarou o ministro da Educação, Abraham Weintraub. O dinheiro deverá ser gasto da seguinte forma: 65% da verba, cerca de R\$ 81,2 milhões, terão que ser destinados à aquisição de placas fotovoltaicas, e 35% poderão ser usados na conclusão de obras paradas ou em andamento. O objetivo é ter um retorno do investimento em quatro anos. O MEC prevê que a instalação de painéis solares deve gerar uma economia nas contas de energia elétrica de até R\$ 25,5 milhões ao

ano.

Dois critérios serão levados em consideração para escolher quais universidades receberão esses recursos: R\$ 87,5 milhões serão distribuídos para as instituições que custam menos — quanto menor o custo por aluno, maior será o recurso recebido; R\$ 37,5 milhões serão distribuídos para aquelas unidades que tiverem os melhores desempenhos.

“Hoje, o planejamento orçamentário é bastante desigual entre as universidades. Queremos, primeiro, reduzir as iniquidades, mas também premiar a qualidade”, disse o secretário de Educação Superior, Arnaldo Lima. Para ele, a medida estabelece uma nova forma de gerir os recursos no Brasil. “Estamos começando a implantar a cultura do esforço e da eficiência, e isso vai fazer uma revolução no desenvolvimento do país”, explicou.

Weintraub, que no início do ano criticou algumas das universidades públicas do Brasil, disse que pretende mostrar uma nova realidade. “Eu tenho dito que nas universidades federais tem muita coisa boa. O modelo anterior das universidades concentrava renda nos centros urbanos tradicionais do Brasil. O que a gente está mostrando é uma nova realidade”, afirmou.

Pouco dinheiro

O presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), Antônio Gonçalves, acredita que todo recurso extraordinário para o ensino superior público é bem-vindo, porém considera que o valor que será dividido entre as 63 universidades federais ainda é pequeno. “Diante dos cortes que o orçamento da educação tem sofrido, desde 2015, esse valor se torna extremamente irrisório à frente do montante que foi cortado”, avalia.

O professor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) entende que o efeito da medida é pequeno. “A medida tem um efeito mais midiático, e não deve sanar a inanição financeira pela qual passam as universidades de ensino superior federais.”

Procurada, a Universidade de Brasília (UnB) afirmou que não recebeu informações oficiais sobre o anúncio do MEC. “A área técnica ainda fará uma análise das informações apresentadas assim que receber a documentação oficial do Ministério”, afirmou em nota.

## Fora de grupo no Mercosul

Na mesma coletiva em que o Ministério da Educação divulgou a liberação de R\$ 125 milhões para universidades federais, o ministro Abraham Weintraub também anunciou a saída do Brasil do grupo de educação do Mercosul. Conforme explicou, a medida é um reflexo do posicionamento do governo, que tem como objetivo acabar com fontes de despesas que não geram resultados concretos.

“Depois de 28 anos participando da área educacional do Mercosul, a decisão do governo é que, a partir de hoje, o Brasil discutirá apenas bilateralmente com Paraguai, Argentina e Uruguai. O Brasil passa a tratar com cada um desses países individualmente”, afirmou.

Segundo Weintraub, a medida leva em consideração os resultados das últimas reuniões e o custo delas. “Após 28 anos, não há resultados concretos e objetivos para a gente mostrar, e a despesa e o custo foram grandes”, avaliou. O ministro estima que, em quase três décadas, cerca de R\$ 30 milhões foram gastos com as reuniões.

Weintraub garantiu que nada será interrompido ou atrapalhado. “A única coisa que muda é que essas reuniões não vão mais acontecer com a presença do Brasil porque, na prática, nada foi obtido”, disse, garantindo que os governos dos países participantes do Mercosul foram avisados.